

 PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	ANÁLISE DE MERCADO		
	Processo de Planejamento de Aquisições e de Contratações de Soluções de TIC		
	Revisão: 004	Código/Versão: NCA-003	Página: 1/1

ANÁLISE DE MERCADO														
Item	Descrição do Objeto	Qtde.	Contrato nº 38/2019 Conselho Nacional de Justiça **				Contrato nº 0185/2019.2 Caixa / Serviço Florestal Brasileiro ****				Ata de Registro de Preços nº 034/2021-CLC/PGE Governador do Estado do Amapá			
			Item	Valor Unitário / Mensal	Valor Unitário / Anual	Valor Total	Item	Valor Unitário / Mensal	Valor Unitário / Anual	Valor Total	Item	Valor Unitário / Mensal	Valor Unitário / Anual	Valor Total
1	Solução de Gestão de Segurança Cibernética (grande porte com redundância)	1	1	-	R\$ 15.600.000,00	R\$ 15.600.000,00	1	-	R\$ 8.910.000,00	R\$ 8.910.000,00	3	-	R\$ 5.920.800,00	R\$ 5.920.800,00
2	Serviço de Análise e Resposta de qualidade operacional e incidentes de segurança	42	3	R\$ 4.950,00	R\$ 59.400,00	R\$ 2.494.800,00					5	R\$ 1.794,51	R\$ 21.534,12	R\$ 904.433,04
			TOTAL =			R\$ 18.094.800,00	TOTAL =			R\$ 8.910.000,00	TOTAL =			R\$ 6.825.233,04

Item	Descrição do Objeto	Qtde.	Proposta Comercial – Empresa Via Appia				Proposta Comercial – Empresa Tecno It			
			Item	Valor Unitário / Mensal	Valor Unitário / Anual	Valor Total	Item	Valor Unitário / Mensal	Valor Unitário / Anual	Valor Total
1	Solução de Gestão de Segurança Cibernética (grande porte com redundância)	1	1	-	R\$ 6.512.880,00	R\$ 6.512.880,00	1	-	R\$ 7.294.425,60	R\$ 7.294.425,60
2	Serviço de Análise e Resposta de qualidade operacional e incidentes de segurança	42	2	R\$ 1.921,20	R\$ 23.054,40	R\$ 968.284,80	2	R\$ 2.074,89	R\$ 24.898,68	R\$ 1.045.744,56
			TOTAL =			R\$ 7.481.164,80	TOTAL =			R\$ 8.340.170,16

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (POR 12 MESES) =										R\$ 6.825.233,04
VALOR DE INVESTIMENTO =										R\$ 5.920.800,00
VALOR MENSAL DE CUSTEIO =										R\$ 75.369,42

Preliminarmente, foram levadas em consideração as orientações contidas nos Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI do Conselho da Justiça Federal (CJF), do Tribunal de Contas da União e do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atualmente incorporado pelo Ministério da Economia, disponíveis nos seguintes links:

- Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal - <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/modelo-de-contratacao-de-solucoes-de-ti-meti-jf/guia-de-boas-praticas-versao-2.pdf> view;
- Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação 1ª Edição do Tribunal de Contas da União - <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-tecnologia-da-informacao-1-edicao.htm> ;
- Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/planejamento/lançada-nova-versão-do-guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-ti/guia_de_boas_praticas_v08.pdf/view .

Além disso, foram consideradas as orientações do Portal Governo Digital, do Ministério da Economia, em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes-para-contratacao>, onde é possível acessar as recomendações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal. Naquele portal, também estão disponíveis Guias, Modelos e Diretrizes para Contratações de Solução de TIC de caráter geral e por temas, onde é possível verificar as boas práticas do governo federal na administração e contratação de recursos de TIC.

Também foi consultada a base do Portal de Compras, através do endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, que reúne diversos outros pontos de pesquisa, como o sistema Comprasnet, o Pannel de Compras (<http://painelcompras.planejamento.gov.br/>) e o Pannel de Preços (<http://painelprecos.planejamento.gov.br/>), os quais apresentam dados estruturados de contratações realizadas em todo o país. Essas contratações representam o resultado de uma avaliação das contratações de Soluções de TI pelos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Governo Federal e encontram-se catalogadas e categorizadas por subconjunto de bens e serviços.

Ainda no âmbito da Administração Pública Federal, foi consultado o Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/contratos/>), através da pesquisa disponível nas opções “Consulta Detalhada” e após em “Contrato” e também por meio do campo “Busca específica”.

Uma outra forma de pesquisa se deu por meio da verificação dos contratos dos órgãos pertencentes ao Poder Executivo Estadual Goiano, avaliando também como estão se posicionando acerca desse tipo de demanda por solução de TI. Através do portal “Goiás Transparente” administrado pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás, é possível ter acesso à base de dados de contratações estaduais. O acesso é realizado através do endereço <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/gastos-governamentais/contratos>. Por meio do menu “Detalhes de contratos” é possível acessar a pesquisa sobre as contratações.

Também foram utilizados como referência sites de busca e o sistema Banco de Preços, incluindo termos relacionados ao tipo de contratação em diversas combinações com as palavras-chaves relacionadas, objetivando localizar mais contratos celebrados com a administração pública direta, incluindo união, estados e municípios, nos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como na administração indireta e em entidades paraestatais, além de eventuais contratos entre pessoas jurídicas de direito privado para fins de identificar as práticas do mercado como um todo.

Em todas as pesquisas foram utilizados os períodos de contratação e as palavras-chave a seguir:

- Anos filtrados: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021;
- Palavras pesquisadas no site (Ctrl+F): segurança, cibernético(a), cybersecurity, detecção de incidentes, incidentes de segurança da informação, ameaça cibernética, gestão de segurança da informação, gestão de segurança cibernética, solução de segurança cibernética.

Nesse contexto, a partir da definição dos requisitos e dos métodos de pesquisa supracitados, a Equipe de Planejamento da Contratação elaborou o documento “Análise de Cenários”, presente nos autos, e identificou as alternativas de mercado apresentadas adiante. Registre-se, por oportuno, que os cenários e alternativas foram baseados na demanda atual e projetada.

* Por se tratarem de realidades diferentes para cada ente federado, torna-se complexo localizar contratos com objeto, quantitativo e tempo de vigência de garantia de funcionamento idênticos aos que se pretende contratar. Nesse contexto, a partir da definição dos requisitos e dos métodos de pesquisa supracitados, a Equipe de Planejamento da Contratação buscou o máximo de alternativas para diversificar o relatório de Análise de Mercado até exaurir todas as tentativas de localizar contratos celebrados com a Administração Pública, uma vez que pela natureza do objeto e por se tratar de equipamentos de rede específicos, não foi possível localizar outros contratos que contemplem totalmente as especificações desta aquisição.

* Para os fins de comparação do Contrato do CNJ, foi utilizada proporcionalidade em relação à capacidade de monitoração do equipamento. O equipamento a ser contratado contempla um “throughput” de 6 GB. Já o do CNJ é capaz de monitorar 250 MB. Dessa forma, considerando que 250 MB equivale a ¼ de 1GB, o valor unitário do item 1 do contrato do CNJ foi multiplicado por 4 e por 6, ou seja: 250 MB x 4 = 1GB; 1GB x 6 = 6GB.

* Para os fins de comparação do Contrato da Caixa / Serviço Florestal Brasileiro – SFB, foi utilizada proporcionalidade em relação à capacidade de monitoração do equipamento. O equipamento a ser contratado contempla um “throughput” de 1 GB. Já o da Caixa/SFB é capaz de monitorar 1GB. Dessa forma, o valor unitário do item 8 do contrato da Caixa/SFB foi multiplicado por 6, ou seja: 1GB x 6 = 6GB. Ademais, embora o contrato seja de 12 meses, tendo expirado em 10 de fevereiro de 2021, a prestação do serviço se dá durante 36 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2023.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 457343560813 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202109000294564 (Evento nº 5)

BARBARA FERNANDES

AUXILIAR JUDICIÁRIO

NÚCLEO DE SEGURANÇA E ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

Assinatura CONFIRMADA em 02/10/2021 às 23:40

